

## **EM DEFESA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS**

**Paulo Tadeu Rodrigues Rosa**

Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 1º, caput, o Brasil é uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e Municípios, o que significa com base na Teoria Geral do Estado, que o Brasil é um país independente, reconhecido internacionalmente junto a ONU, Organização das Nações Unidas, e demais organismos internacionais.

A soberania é uma característica das nações independentes, mas não se pode e não se deve esquecer que não basta se afirmar que uma nação é soberana, é preciso que esta soberania possa ser mantida e quando necessário defendida, pois caso contrário a nação hoje independente amanhã poderá se tornar possessão de uma outra nação com interesses imperialistas.

O Brasil é um país que por suas características territoriais e também por suas riquezas naturais desperta interesses em outras nações, que devido a carência de recursos começam a desenvolver teorias na busca de uma conquista não pelas armas mas por meio de influências políticas e econômicas.

Devido a esta realidade chega-se a conclusão que o Brasil necessita investir mais em suas forças de segurança, ou seja, nas Forças Armadas, para que estas tenham os meios e as condições necessárias para preservarem a soberania nacional, e as riquezas naturais e minerais pertencentes ao país.

Nos últimos anos, devido a questões de natureza ideológica, as Forças Armadas Brasileiras têm sido sucateadas, deixadas de lado, como se esta conduta fosse o melhor caminho para a nação.

Por força do período compreendido entre 1964-1985, existe ainda por parte de alguns setores uma certa reserva com as forças militares, o que não se justifica, até porque a questão foi devidamente pacificada com a anistia ampla, geral e irrestrita.

O momento atual exige o desenvolvimento dos objetivos nacionais, a busca de um crescimento sustentável que possa gerar empregos, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, mas ao mesmo tempo existe a necessidade de uma política efetiva de segurança, sem a qual o Brasil poderá ficar vulnerável frente às nações da América Latina.

Apesar de sua extensão territorial e das riquezas que estão presentes tanto em terra como no mar, o Brasil possui atualmente apenas e tão somente cinco submarinos para cuidar de toda a costa, o que é motivo de preocupação, sendo que nem todos se encontram em pleno funcionamento.

A Força Aérea Brasileira considerada uma das melhores do mundo enfrenta sérias dificuldades para colocar os seus aviões em operação, enquanto a Venezuela uma nação com um PIB bem menor que o brasileiro tem adquirido aviões de última geração para preservar e defender o seu espaço aéreo.

O Exército Brasileiro também enfrenta sérias dificuldades para o desenvolvimento de sua missão constitucional. Os blindados estão desatualizados, e falta ainda investimentos que são essenciais para a defesa do território e principalmente de nossa maior riqueza a Amazônia brasileira.

A Amazônia, ou seja, a Amazônia legal, representa 50% do território brasileiro e possui várias riquezas minerais e naturais e a população precisa e deve saber que existem várias nações interessadas nestas riquezas e para tanto estão dizendo que esta área seria um patrimônio da Humanidade, o coração do mundo, e outras adjetivos que não passam de ideologia.

A Amazônia não foi e nunca será patrimônio da Humanidade, patrimônio da Unesco, ou patrimônio de qualquer outro organismo internacional. A Amazônia pertence única e exclusivamente ao povo brasileiro, e é patrimônio do Brasil, a quem cabe decidir as políticas que devem ser implementadas naquela região.

A preservação da Amazônia exige investimentos nas Forças Armadas Brasileiras, que possuem homens e mulheres qualificados para o exercício da missão, mas que não tem recebido os recursos necessários. O Brasil tem condições para tanto e precisa urgentemente rearmar sua força de segurança.

A melhoria de condições já deveria ter sido feita há muito tempo. Já passou da hora a aquisição de novos aviões, novos submarinos, novos blindados, e outros bens necessários para a preservação do território nacional e suas riquezas.

A população também precisa saber que nações como os Estados Unidos têm estabelecido bases militares no Paraguai, e também possui pretensões de estabelecer bases militares em países como a Argentina, a Colômbia e outros. Neste sentido, é preciso uma política efetiva voltada para a defesa da nação.

A Constituição Federal, que no dizer de Rui Barbosa é a rainha das leis, estabelece expressamente a segurança como um direito fundamental do cidadão, o que significa que a segurança nacional também é um direito fundamental do cidadão, e nesta seara não pode e não devem existir dúvidas, mas investimentos, sem os quais a nação brasileira poderá sofrer prejuízos em sua soberania e também em suas riquezas naturais e minerais.

PAULO TADEU RODRIGUES ROSA é Juiz de Direito Titular da 2ª Auditoria Judiciária Militar do Estado de Minas Gerais, Professor de IED na Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Mestre em Direito pela UNESP, Membro Titular da Academia Mineira de Direito Militar, Academia Ribeirãopretana de Letras Jurídicas, Parceiro-Acessor da Academia de Letras João Guimarães Rosa da PMMG.